

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Divulgação dos Resultados Consolidados

1º Trimestre de 2011



São Paulo, 13 de Maio de 2011

160,9 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+18,9%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 559,3 MILHÕES (+19,1%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 251,2 MILHÕES (+23,8%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 70,8 MILHÕES (+11,9%)**AGENDA DE DIVULGAÇÃO****TELECONFERÊNCIA****EM PORTUGUÊS**

Segunda-feira (16/05/2011)

11:00 (São Paulo)

10:00 (US Eastern Time)

Tel.: +55 (11) 4688-6361

Código: OHL

Replay: Entre 16/05 e 22/05

Fone: +55 (11) 4688-6312

Código: 2242686

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link

<http://webcall.riweb.com.br/ohlbrasil>

e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

EM INGLÊS

Quarta-feira (25/05/2011)

Disponibilização da transcrição para o inglês da teleconferência em português.

São Paulo, 13 de maio de 2011 – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. – OHL Brasil (Novo Mercado da BM&FBovespa: OHLB3) anuncia seu resultado do primeiro trimestre de 2011, período encerrado em 31 de março de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

As informações foram elaboradas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards – IFRS*) e consubstanciado pela Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007 e respectivas alterações.

DESTAQUES 1T11

- **Tráfego Pedagiado:** O volume de tráfego pedagiado das concessionárias estaduais e federais, apresentou, respectivamente, crescimentos de 20,3% e 18,5% no 1T11 em relação ao 1T10. Os principais fatores que influenciaram o aumento do tráfego foram: (i) o desempenho da economia brasileira no período; (ii) a abertura da praça de pedágio de Mairiporã (SP), na rodovia Fernão Dias, em setembro de 2010; e (iii) a implementação da cobrança bidirecional nas praças de pedágio da concessionária Centrovias, localizadas nos municípios de Brotas, Dois Córregos, Itirapina e Rio Claro, nos meses de julho e novembro de 2010.
- **Receita Líquida:** Crescimento de 19,1% da receita líquida, atingindo R\$ 559,3 milhões no 1T11, em comparação aos R\$ 469,5 milhões no 1T10, como reflexo do aumento do tráfego registrado em função da abertura da nova praça de pedágio na rodovia Fernão Dias, da implantação da cobrança bidirecional nas quatro praças de pedágio da concessionária Centrovias e, principalmente, do reajuste das tarifas praticadas pelas concessionárias Planalto Sul, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Fluminense e Litoral Sul. A receita de obras também registrou alta de R\$ 21,7 milhões, com efeito nulo no resultado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC01.
- **EBITDA e EBITDA Ajustado:** O EBITDA atingiu R\$ 212,8 milhões no 1T11, 15,9% superior ao obtido no 1T10, que foi de R\$ 183,6 milhões. A margem EBITDA foi de 38,1% no 1T11. O EBITDA Ajustado (antes do IFRS) atingiu R\$ 251,2 milhões (+23,8%) e margem de 44,9%.
- **Lucro Líquido:** O lucro líquido alcançou R\$ 70,8 milhões, 11,9% superior ao registrado no 1T10.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 1,5 bilhão em 31/03/2011, com aumento de 7,3% frente ao 1T10 e redução de 4,6% frente ao 4T10. O nível de endividamento líquido é reflexo do cumprimento dos programas de investimentos das concessionárias federais. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 1,6x.
- **Investimentos:** Foram investidos R\$ 148,1 milhões em ativos intangíveis e imobilizado no 1T11, sendo que parte significativa desses recursos (R\$ 137,5 milhões) foi aplicada nos projetos das concessionárias federais.
- **Dividendos:** A AGO/E realizada em 26/04/2011 aprovou a distribuição de R\$ 68,7 milhões (R\$0,9965407 por ação), com pagamento no dia 13/05/2011. Desde 27/04/11, as ações passaram a ser negociadas “ex-dividendo”.

BM&FBovespa: OHLB3
Bloomberg: OHLB3 BZ
Thomson Reuters: OHLB3.BR

Atualização em 10/05/2011
Preço Fech.: R\$ 66,80 por ação
Valor de Mercado: R\$ 4,6 bilhões



Relações com Investidores

www.ohlbrasil.com.brri@ohlbrasil.com.br

Rua Joaquim Floriano, 913, 6º andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP
CEP 04534-013
Tel.: (+55 11) 3074-2404

- José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
- Alessandro Scotoni Levy

Diretor Presidente
Diretor de RI

josecarlos@ohlbrasil.com.br
alessandro@ohlbrasil.com.br

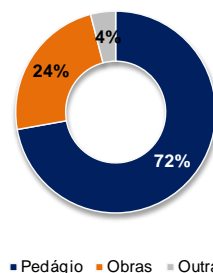
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
RECETA OPERACIONAL BRUTA	601.596	627.534	504.169	-4,1%	19,3%
Receitas de pedágio	434.400	443.856	366.141	-2,1%	18,6%
Estaduais	237.332	256.730	214.485	-7,6%	10,7%
Autovias	59.337	64.148	53.837	-7,5%	10,2%
Centrovias	59.521	63.775	54.024	-6,7%	10,2%
Intervias	65.239	71.326	59.279	-8,5%	10,1%
Vianorte	53.235	57.481	47.345	-7,4%	12,4%
Federais	197.068	187.126	151.656	5,3%	29,9%
Planalto Sul	21.992	20.393	18.078	7,8%	21,7%
Fluminense	31.509	31.709	26.825	-0,6%	17,5%
Fernão Dias	47.364	42.904	28.049	10,4%	68,9%
Régis Bittencourt	59.213	54.761	48.037	8,1%	23,3%
Litoral Sul	36.990	37.359	30.667	-1,0%	20,6%
Outras receitas	24.163	25.093	16.701	-3,7%	44,7%
Receitas de obras	143.033	158.585	121.327	-9,8%	17,9%
DEDUÇÕES DA RECETA	(42.258)	(42.985)	(34.626)	-1,7%	22,0%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	559.338	584.549	469.543	-4,3%	19,1%
CUSTOS E DESPESAS	(346.502)	(374.992)	(285.968)	-7,6%	21,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(121.661)	(124.713)	(109.098)	-2,4%	11,5%
Custo dos serv. de construção	(143.033)	(158.585)	(121.327)	-9,8%	17,9%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(31.649)	(31.950)	(27.944)	-0,9%	13,3%
Remuneração da administração	(3.168)	(3.738)	(2.878)	-15,2%	10,1%
Despesas tributárias	(291)	(289)	(1.025)	0,7%	-71,6%
Provisão para manutenção em rodovias	(49.371)	(57.581)	(25.217)	-14,3%	95,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.670	1.865	1.521	43,2%	75,5%
EBITDA	212.836	209.558	183.575	1,6%	15,9%
Margem EBITDA	38,1%	35,8%	39,1%		
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(48.385)	(49.539)	(39.847)	-2,3%	21,4%
Depreciações e amortizações	(48.385)	(49.539)	(37.813)	-2,3%	28,0%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.034)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(60.665)	(61.087)	(48.930)	-0,7%	24,0%
Receitas financeiras	37.004	30.680	10.083	20,6%	267,0%
Despesas financeiras	(97.606)	(91.767)	(58.693)	6,4%	66,3%
Variação cambial, líq.	(63)	-	(320)	-	-80,3%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	103.786	98.932	94.798	4,9%	9,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(33.001)	(20.888)	(31.517)	58,0%	4,7%
Corrente	(32.280)	(39.656)	(28.890)	-18,6%	11,7%
Diferido	(721)	18.768	(2.627)	-103,8%	-72,6%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	70.785	78.044	63.281	-9,3%	11,9%

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

No primeiro trimestre de 2011, a receita bruta consolidada atingiu o valor de R\$ 601,6 milhões, apresentando crescimento de 19,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse total é composto por receitas de pedágio, receita de obras e outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias), respectivamente, nos montantes de R\$ 434,4 milhões, R\$ 143,0 milhões e R\$ 24,2 milhões.

Composição da Receita Bruta (%)



Receita de Pedágio

As concessionárias estaduais foram responsáveis por 54,6% da arrecadação de pedágios, encerrando o 1T11 com R\$ 237,3 milhões (+10,7%). Já as concessionárias federais registraram no 1T11 arrecadação de R\$ 197,1 milhões (+29,9%), R\$ 45,4 milhões acima do montante arrecadado em 1T10. As principais razões que levaram ao aumento da receita de pedágio foram: (i) a abertura da praça de pedágio de Mairiporã (SP), localizada na rodovia Fernão Dias, que responde por aproximadamente 21,3%¹ de todo o tráfego pedagiado da concessionária; (ii) os reajustes das tarifas básicas praticadas pelas concessionárias Planalto Sul, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Fluminense e Litoral Sul; e o crescimento do tráfego pedagiado na concessionária Centrovias, reflexo da implantação da cobrança bidirecional nas praças de pedágio localizadas nos municípios de Brotas, Dois Córregos, Itirapina e Rio Claro. A receita de pedágio consolidada cresceu 18,6% no 1T11 em comparação ao 1T10.

Tráfego Pedagiado: No período, o tráfego pedagiado totalizou 160.881 mil veículos equivalentes, 18,9% superior quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Veículos Equivalentes	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Estaduais	42.004.545	43.368.736	34.922.349	-3,1%	20,3%
Autovias	9.949.949	10.804.999	9.369.499	-7,9%	6,2%
Centrovias	11.064.688	9.740.527	5.903.316	13,6%	87,4%
Intervias	13.367.517	14.627.675	12.615.450	-8,6%	6,0%
Vianorte	7.622.391	8.195.535	7.034.084	-7,0%	8,4%
Federais	118.876.822	124.803.543	100.353.676	-4,7%	18,5%
Planalto Sul	7.094.193	6.969.184	6.233.449	1,8%	13,8%
Fluminense	11.549.643	12.195.769	10.462.909	-5,3%	10,4%
Fernão Dias	36.433.486	37.998.784	25.499.092	-4,1%	42,9%
Régis Bittencourt	34.831.167	36.507.333	32.024.667	-4,6%	8,8%
Litoral Sul	28.968.333	31.132.473	26.133.559	-7,0%	10,8%
Total	160.881.367	168.172.279	135.276.025	-4,3%	18,9%

¹ Média de veículos equivalentes registrados na Praça de Pedágio de Mairiporã (P1) entre os meses de outubro de 2010 a março de 2011.

Conforme mencionado anteriormente, o crescimento de 18,9% do tráfego pedagiado reflete, principalmente, o desempenho da economia brasileira, bem como o início de cobrança na praça de pedágio de Mairiporã (SP), no mês de setembro de 2010, e a implantação da cobrança de pedágio nos dois sentidos em 4 praças de pedágio da concessionária Centrovias.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) no 1T11 foi de 60,1% de veículos pesados e 39,9% veículos leves nas concessões estaduais; e 72,6% de veículos pesados e 27,4% veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: Segue abaixo evolução das tarifas médias praticadas pelas concessionárias estaduais e federais:

Tarifa Média (R\$/ Veic. Equiv.)	1T11	4T10	1T10	Var%	
				1T11/4T10	1T11/1T10
Estaduais	5,65	5,92	6,14	-4,6%	-8,0%
Autovias	5,96	5,94	5,75	0,4%	3,8%
Centrovias	5,38	6,55	9,15	-17,8%	-41,2%
Intervias	4,88	4,88	4,70	0,1%	3,9%
Vianorte	6,98	7,01	6,73	-0,4%	3,8%
Federais	1,66	1,50	1,51	10,6%	9,7%
Planalto Sul	3,10	2,93	2,90	5,9%	6,9%
Fluminense	2,73	2,60	2,56	4,9%	6,4%
Fernão Dias	1,30	1,13	1,10	15,1%	18,2%
Régis Bittencourt	1,70	1,50	1,50	13,3%	13,3%
Litoral Sul	1,28	1,20	1,17	6,4%	8,8%
Total	2,70	2,64	2,71	2,3%	-0,2%

De acordo com os critérios definidos nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), no caso das concessionárias estaduais, e na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no caso das concessionárias federais.

Nos meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, as tarifas praticadas pelas concessionárias federais foram reajustadas de acordo com (i) o critério de arredondamento da primeira casa decimal; e (ii) a variação do IPCA acumulada nos 12 meses anteriores aos reajustes. Também foram considerados reequilíbrios contratuais oriundos da revisão do cronograma de investimentos previstos nos contratos de concessão.

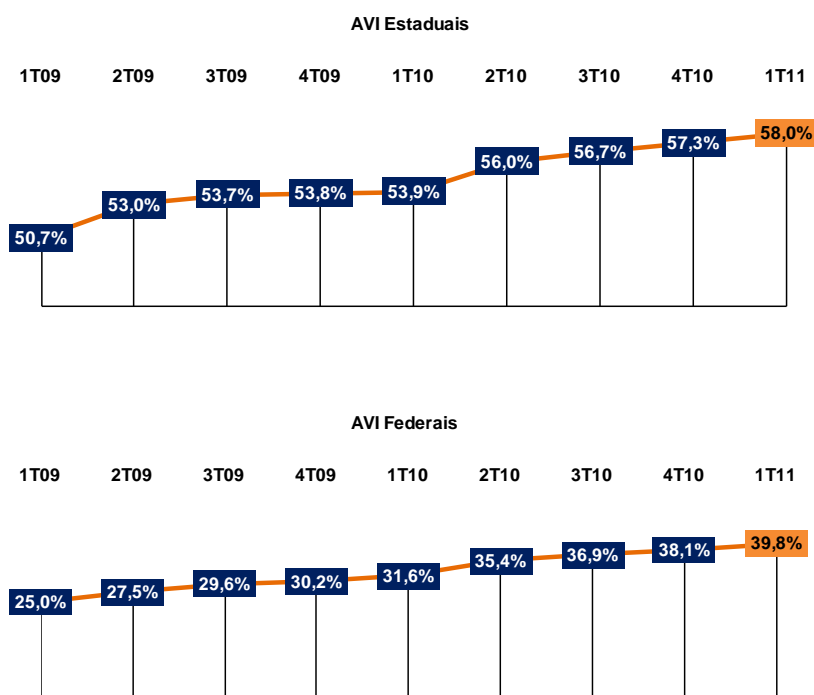
O reflexo desse reajuste elevou a tarifa média geral praticada pelas concessionárias federais, que passou de R\$ 1,51 para R\$ 1,66 (+9,7%).

Abaixo segue quadro com detalhamento das tarifas básicas praticadas antes e depois do reajuste:

Rodovias	Concessionárias	Tarifa Básica s/ Reajuste	Tarifa Básica c/ Reajuste	Data do Reajuste
BR-116/PR/SC	Autopista Planalto Sul	R\$ 2,90	R\$ 3,10	19/12/10
BR-381/MG/SP	Autopista Fernão Dias	R\$ 1,10	R\$ 1,30	19/12/10
BR-116/SP/PR	Autopista Régis Bittencourt	R\$ 1,50	R\$ 1,70	29/12/10
BR-101/RJ	Autopista Fluminense	R\$ 2,60	R\$ 2,80	02/02/11
BR-116/PR, BR 376/PR, BR-101/SC	Autopista Litoral Sul	R\$ 1,20	R\$ 1,40	22/02/11

Os crescimentos das tarifas médias das concessionárias Autovias, Intervias e Vianorte são explicados pelo reajuste contratual com base no IGP-M. Entretanto, cabe ressaltar que apesar do reajuste, a tarifa média praticada pela concessionária Centrovias no 1T11 apresentou redução de 41,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução foi ocasionada pela mudança na forma de cobrança de pedágio (bidirecional) para os dois sentidos em 4 praças, reduzindo em 50% a tarifa praticada.

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 58,0% no 1T11, contra 53,9% no trimestre anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 39,8% contra 31,6% no 1T10. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2009:



Receita de Obras

As novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões, que passaram a incluir também receita de obras provenientes da realização de investimentos no ativo intangível. Essa nova metodologia de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contrapartida desta receita, o custo de obra, em igual valor (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

No 1T11, a receita de obras cresceu R\$ 21,7 milhões (+17,9%) em relação ao 1T10, sendo que 92,1% das obras foram realizadas nas concessionárias federais em razão da maior quantidade de investimentos vinculados aos contratos de concessão.

Outras Receitas

As receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras do grupo OHL, cresceram 44,7% no 1T11 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As concessionárias obtiveram R\$ 3,1 milhões de receitas com exploração da faixa de domínio das concessionárias de rodovias, com crescimento de 30,5% frente ao 1T10. As receitas de conservação e pavimentação das sociedades construtoras foram R\$ 21,1 milhões, sendo 47,0% maior que no 1T10.

RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS E DEDUÇÕES DA RECEITA

No 1T11, a Companhia obteve receita líquida dos serviços no valor de R\$ 559,3 milhões, apresentando crescimento de 19,1% em comparação ao 1T10. As deduções somaram R\$ 42,3 milhões, representando um aumento de 22,0% frente ao 1T10. Os tributos são calculados sobre a receita de pedágios com base nas seguintes alíquotas: PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%).

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

O resultado operacional medido pelo EBITDA atingiu o montante de R\$ 212,8 milhões no 1T11, apresentando crescimento de 15,9% em relação ao 1T10. O aumento de R\$ 29,3 milhões reflete o crescimento de R\$ 89,8 milhões (+19,1%) na receita líquida da Companhia e o aumento dos custos e despesas no período.

Em relação aos custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização), que cresceram R\$ 60,5 milhões (+21,2%) no 1T11 frente ao 1T10, destacamos os seguintes aspectos:

- Aumento de R\$ 21,7 milhões na rubrica “Custos dos serviços de construção”;
- Aumento de R\$ 24,1 milhões em “Provisão p/ manutenção em rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo os contratos de concessão. Ressalta-se que os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores; e
- Aumento dos custos com “Pessoal” e “Serviços de Terceiros”, no montante total de R\$ 20,7 milhões, face (i) ao aumento no quadro de funcionários; (ii) ao dissídio de 5,0% sobre a folha de pagamentos; e (iii) aos reajustes contratuais de serviços prestados por terceiros.

Informações Adicionais: Com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, dois novos custos passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia: (i) o “Custo dos Serviços de Construção”, em contrapartida à “Receita de Obras”, já comentada na seção de Receita Bruta, e (ii) a “Provisão para Manutenção em Rodovias”, que reflete a provisão de investimentos para manutenção em rodovias que irão ocorrer em exercícios futuros.

Para comparabilidade da informação com os dados reportados pela Companhia antes da adoção de novas práticas contábeis, foram feitos ajustes na base de cálculo para reversão do montante relativo à “Provisão para manutenção em rodovias” e para o estorno dos ajustes dos lucros não realizados das empresas Latina Manutenção, Latina Sinalização e Paulista. Dessa forma, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 251,2 milhões no 1T11, indicando o crescimento de 23,8% quando comparado ao 1T10. Como reflexo, a margem cresceu 1,7 ponto percentual.

EBITDA					
(Em milhares de reais)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	559.338	584.549	469.543	-4,3%	19,1%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(346.502)	(374.992)	(285.968)	-7,6%	21,2%
EBITDA ¹	212.836	209.558	183.575	1,6%	15,9%
<i>Margem EBITDA</i>	38,1%	35,8%	39,1%		
(+) Provisão para manutenção de rodovias	49.371	57.581	25.217	-14,3%	95,8%
(+) <i>Ajustes de consolidação</i>	(11.050)	(11.670)	(5.856)	-5,3%	88,7%
EBITDA Ajustado ² (antes do IFRS)	251.157	255.469	202.936	-1,7%	23,8%
<i>Margem EBITDA</i>	44,9%	43,7%	43,2%		

- 1) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.
- 2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01), e retenção dos lucros não realizados (EBITDA Construtoras).

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas do Grupo.

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida de Serviços	Custos e Despesas ¹	EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustado
Autovias	54.963	(21.047)	33.916	8.397	42.313	77,0%
Centrovias	57.252	(23.361)	33.891	7.647	41.538	72,6%
Intervias	66.019	(33.926)	32.093	14.579	46.672	70,7%
Vianorte	51.938	(26.053)	25.885	11.305	37.190	71,6%
Estaduais	230.172	(104.387)	125.785	41.928	167.713	72,9%
Planalto Sul	33.937	(26.152)	7.785	1.048	8.833	26,0%
Fluminense	44.984	(31.813)	13.171	1.107	14.278	31,7%
Fernão Dias	76.807	(60.967)	15.840	1.956	17.796	23,2%
Régis Bittencourt	96.515	(64.575)	31.940	1.752	33.692	34,9%
Litoral Sul	59.229	(46.059)	13.170	1.580	14.750	24,9%
Federais	311.472	(229.566)	81.906	7.443	89.349	28,7%
Total Concessionárias	541.644	(333.953)	207.691	49.371	257.062	47,5%
<i>OHL Holding e outras sociedades</i>	17.694	(12.549)	5.145	-	5.145	
Total	559.338	(346.502)	212.836	49.371	262.207	46,9%
<i>Ajustes de consolidação ²</i>	-	-	-	-	(11.050)	
Total Consolidado	559.338	(346.502)	212.836	49.371	251.157	44,9%

¹ Exclui depreciação e amortização.

² Ajustes relativos a eliminações de lucros não realizados pelas sociedades construtoras.

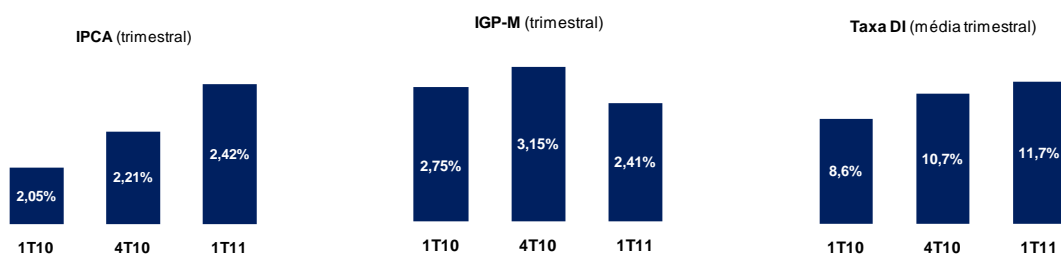
RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Receitas Financeiras	37.004	30.680	10.083	20,6%	267,0%
Despesas Financeiras	(97.606)	(91.767)	(58.693)	6,4%	66,3%
Encargos financeiros	(80.220)	(72.106)	(40.656)	11,3%	97,3%
Atualização monetária do ônus fixo	(12.298)	(14.957)	(13.625)	-17,8%	-9,7%
Outras despesas	(5.088)	(4.704)	(4.412)	8,2%	15,3%
<i>Varição Cambial Líquida</i>	(63)	-	(320)	-	-80,3%
Resultado Financeiro Líquido	(60.665)	(61.087)	(48.930)	-0,7%	24,0%

Em comparação ao 4T10, o resultado financeiro líquido negativo do 1T11 apresentou redução de R\$ 422 mil. O efeito foi provocado basicamente pela variação dos indexadores da dívida e das aplicações financeiras.

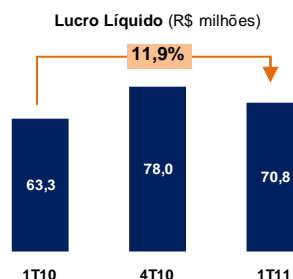
Em relação ao 1T10, o resultado financeiro líquido negativo aumentou 24%, passando de R\$ 48,9 milhões para R\$ 60,7 milhões. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar:

- Aumento de R\$ 39,6 milhões nos encargos financeiros gerado (i) pelas emissões de debêntures, realizadas pelas concessionárias estaduais; (ii) pelas liberações de créditos oriundos das linhas de financiamento do BNDES, destinadas aos investimentos previstos no contrato de concessão das federais; e (iii) efeito da passagem do tempo (ajuste a valor presente);
- Redução de R\$ 1,3 milhão na despesa com “Atualização monetária do ônus fixo” provocado pela redução do IGP-M no 1T11 quando comparado ao 1T10; e
- Aumento de R\$ 26,9 milhões das receitas com atualização das aplicações financeiras devido ao aumento dos juros básico da economia e ao acréscimo do saldo de aplicações financeiras.



LUCRO LÍQUIDO

No 1T11, o lucro líquido consolidado cresceu 11,9% em relação ao 1T10. Conforme já mencionado, os principais fatores que ocasionaram o crescimento foram: (i) entrada em operação de 100% das praças de pedágio administradas pelas concessionárias federais; (ii) reajustes tarifários contratuais; e (iii) início de cobrança bidirecional nas praças de pedágio administradas pela concessionária Centrovias.



ENDIVIDAMENTO

No 1T11, a dívida líquida consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures menos disponibilidades e aplicações financeiras) da Companhia totalizava R\$ 1,5 bilhão, apresentando redução de R\$ 69,7 milhões (-4,6%) em relação ao quarto trimestre de 2010.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Dívida Bruta	2.754.475	2.788.542	1.821.513	-1,2%	51,2%
Curto Prazo	872.840	1.234.363	1.784.227	-29,3%	-51,1%
Longo Prazo	1.881.635	1.554.179	37.286	21,1%	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.237.183	1.168.288	461.597		
Aplicações financeiras vinculadas ¹	63.931	97.176	5.456		
Dívida Líquida	1.453.361	1.523.078	1.354.460	-4,6%	7,3%

¹ Curto e longo prazos

A redução de R\$ 69,7 milhões foi ocasionada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 25,8 milhões em razão dos desembolsos, ocorridos em janeiro de 2011, relativos ao empréstimo longo prazo concedidos pelo BNDES para os investimentos previstos no contrato das Concessionárias Federais;
- Redução de R\$ 60,8 milhões referente à quitação da primeira parcela relativa à 1ª Emissão de Debêntures nas Concessionárias Estaduais (1ª série);
- Aumento de R\$ 35,7 milhões nas disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) e aplicações financeiras vinculadas do período; e
- Aumento de R\$ 1 milhão em função de juros apropriados e outras movimentações de juros e principal.

Empréstimos BNDES: Para financiar os programas de investimentos das cinco concessionárias federais, a Companhia assinou, em meados de 2009, cinco contratos de empréstimos ponte, no montante total de R\$ 1 bilhão, de forma a permitir a continuidade dos investimentos até a assinatura dos contratos de longo prazo. Em 31 de março de 2011, dois desses contratos de empréstimos ponte, relativos às concessionárias Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul, foram substituídos por financiamentos de longo prazo. A seguir as condições aprovadas:

Autopista Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR)

Motante Total: R\$ 1.069.495.000,00

Crédito A: R\$ 446.395.000,00

- Prazo de Amortização: 144 meses
- Carência: 12 meses
- Custo: TJLP + 2,21% ao ano

Crédito B: R\$ 623.100.000,00

- Prazo de Amortização: 126 meses
- Carência: até 15 de junho de 2014
- Custo: TJLP + 2,21% ao ano

Autopista Planalto Sul (BR-116/PR/SC)

Motante Total: R\$ 331.344.000,00

Crédito A: R\$ 184.057.000,00

- Prazo de Amortização: 144 meses
- Carência: 18 meses
- Custo: TJLP + 2,58% ao ano

Crédito B: R\$ 90.007.000,00

- Prazo de Amortização: 138 meses
- Carência: até 15 de junho de 2014
- Custo: TJLP + 2,58% ao ano

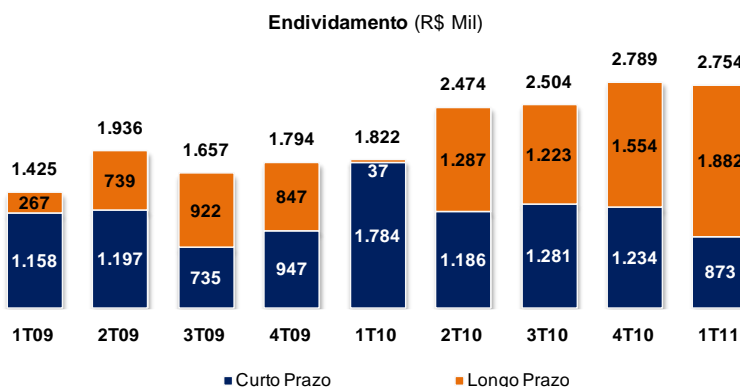
Crédito C: R\$ 57.280.000,00

- Prazo de Amortização: 120 meses
- Carência: até 15 de dezembro de 2015
- Custo: TJLP + 2,58% ao ano

Foram desembolsados R\$ 955,4 milhões até 31 de março de 2011, sendo R\$ 541,1 milhões relativos aos empréstimos ponte, concedidos às concessionárias Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul e Autopista Fernão Dias, e R\$ 414,3 milhões relativos aos empréstimos de longo prazo, concedidos às concessionárias Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul.

Os financiamentos de longo prazo entre o BNDES e as concessionárias Autopista Fernão Dias, Autopista Litoral Sul e Autopista Fluminense encontram-se em fase de análise pelo BNDES.

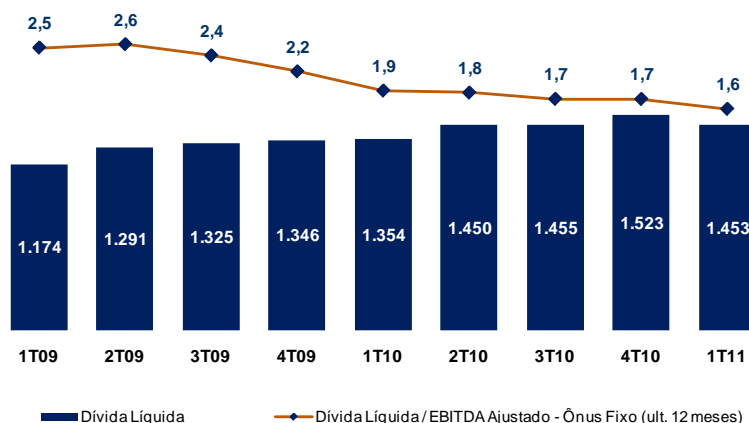
Segue abaixo evolução do endividamento da Companhia de curto e longo prazos.



Em 31 de março de 2011, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) da Companhia totalizava R\$ 2,8 bilhões, sendo que deste montante 36,3% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 50,5% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 13,2% a contratos atrelados ao IPCA.

Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
Indexador					
TJLP	1.001.055	961.874	855.216	4,1%	17,1%
CDI	1.401.861	1.463.260	966.297	-4,2%	45,1%
IPCA	363.073	376.023	-	-3,4%	-
<i>Custos e encargos antecipados</i>	<i>(11.514)</i>	<i>(12.615)</i>	-	-8,7%	-
Total	2.754.475	2.788.542	1.821.513	-1,2%	51,2%

A dívida líquida ao final do 1T11 era de R\$ 1,5 bilhão, representando 1,6 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o ônus fixo nos 12 últimos meses.



Em 31 de março de 2011, 76,3% do endividamento de longo prazo era composto por debêntures. A seguir cronograma de amortização das debêntures da Companhia:

1T11	R\$ Mil
2012	250.846
2013	335.109
2014	335.819
2015	278.391
2016	117.983
2017	118.120
Total	1.436.268

ÔNUS FIXO PAGO AO PODER CONCEDENTE

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T11, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente R\$ 14,2 milhões a título de ônus fixo.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T11	4T10	1T10	Var%	
				1T11/4T10	1T11/1T10
Total	(14.163)	(14.164)	(13.595)	0,0%	4,2%
Autovias	(1.491)	(1.492)	(1.431)	-0,1%	4,2%
Centrovias	(2.231)	(2.231)	(2.142)	0,0%	4,2%
Intervias	(1.389)	(1.389)	(1.333)	0,0%	4,2%
Vianorte	(9.052)	(9.052)	(8.689)	0,0%	4,2%

Em 31 de março de 2011, o valor nominal e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Nominal (R\$ Mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	6.360	41.651	48.011	89
Centrovias	9.515	59.885	69.400	86
Intervias	5.921	47.344	53.265	106
Vianorte	38.601	233.103	271.704	83
Total	60.397	381.983	442.380	

INVESTIMENTOS

As empresas do grupo OHL Brasil investiram cerca de R\$ 148,1 milhões em ativos imobilizados e intangíveis no 1T11. Parcela significativa desse montante (92,8%) foi destinada aos projetos das concessionárias federais. Dentre os investimentos realizados pelas concessionárias federais (R\$ 137,5 milhões) destacam-se:

- Execução de passarelas e implantação do contorno de Betim e recuperação de pavimento nos trechos de Oliveira (MG) e Mairiporã (SP) – Rod. Fernão Dias (BR-381);
- Duplicação da Serra do Cafezal (km 336,7 – km 367,2), implantação de passarelas, programas de gerenciamento de áreas preservadas, licenciamento ambiental, reforço e alargamento de pontes, melhoria de acessos e do sistema de drenagem, pavimentação, recuperação de estruturas de contenção, proteção e segurança – Rod. Régis Bittencourt (BR-116); e
- Obras no viaduto de acesso ao Distrito Industrial do Campo Largo da Roseira; ampliação da Ponte Bela Cruz, implantação de marginais e recuperação de pavimentos – Rod. Governador Mário Covas (BR-101).

Nas concessionárias estaduais, os principais investimentos em ativos intangíveis foram:

- Realização de obras de revitalização, recuperação de estruturas metálicas, pavimentação e sinalização das rodovias SP-225 e SP-310;
- Implantação de passarela na rodovia SP-330 (km 187); e
- Remodelação do dispositivo de acesso à cidade de São Joaquim da Barra na rodovia SP-330.

A seguir quadro detalhado dos investimentos realizados por concessionária.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T11			1T10		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	5.967	286	5.681	5.140	1.580	3.560
Centrovias	6.451	3.632	2.819	10.240	7.582	2.658
Intervias	16.748	1.868	14.880	6.042	2.963	3.079
Vianorte	8.542	1.896	6.646	9.990	3.245	6.745
Estaduais	37.708	7.682	30.026	31.412	15.370	16.042
Planalto Sul	18.717	18.717	-	13.035	13.035	-
Fluminense	19.115	19.115	-	9.301	9.301	-
Fernão Dias	34.164	34.164	-	26.473	26.473	-
Régis Bittencourt	39.883	39.883	-	27.693	27.693	-
Litoral Sul	25.641	25.641	-	15.192	15.192	-
Federais	137.520	137.520	-	91.694	91.694	-
Total	175.228	145.202	30.026	123.106	107.064	16.042
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	2.913	2.913	-	6.281	6.281	-
Total	178.141	148.115	30.026	129.387	113.345	16.042

Adicionalmente, foram pagos R\$ 30,0 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias estaduais, em estágio mais avançado de maturação dos investimentos.

Informações Adicionais: com a adoção das novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, os investimentos futuros em manutenção das rodovias passaram a ser contabilizados no resultado da Companhia como “Provisão para Manutenção em Rodovias” dentro do “Custo dos Serviços Prestados”. Da mesma forma, os pagamentos (fluxo de caixa) relacionados à manutenção em rodovias passaram a ser contabilizados no “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” e não mais no “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos”.

Para cumprir com as obrigações de manutenção das rodovias e novos investimentos em intangíveis previstos nos contratos de concessões, estimamos investir em 2011 R\$ 930 milhões nas concessões federais e R\$ 135 milhões nas concessões estaduais. Entre 2012 e 2015 estimamos investir R\$ 2,7 bilhões nas concessões federais e R\$ 570 milhões nas concessões estaduais.

QUADRO DE PESSOAL

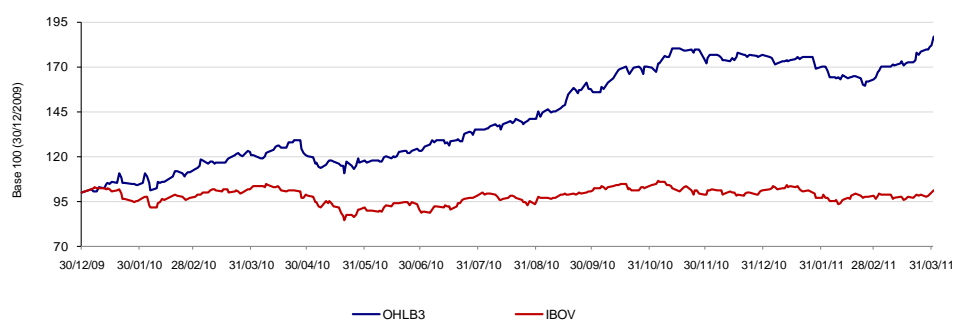
A seguir apresentamos a composição e evolução do quadro de pessoal da OHL Brasil e de suas controladas.

Quadro de Pessoal	31/03/11	31/03/10	Var.
OHL (Holding)	105	103	2
<i>Concessionárias Estaduais</i>	<i>1.297</i>	<i>1.302</i>	<i>(5)</i>
Autovias	191	193	(2)
Centrovias	326	328	(2)
Intervias	544	542	2
Vianorte	236	239	(3)
<i>Concessionárias Federais</i>	<i>2.070</i>	<i>2.031</i>	<i>39</i>
Litoral Sul	308	302	6
Planalto Sul	157	152	5
Fluminense	232	234	(2)
Fernão Dias	830	809	21
Régis Bittencourt	543	534	9
Paulista	213	203	10
Latina Manutenção	1.698	1.491	207
Latina Sinalização	179	176	3
Total	5.562	5.306	256

MERCADO DE CAPITAIS

O valor de mercado da OHL Brasil totalizou R\$ 4,3 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 61,90 por ação em 31/03/2011. Esse preço corresponde a valorização de 3,2% em relação ao preço de fechamento do trimestre anterior. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 1,04%.

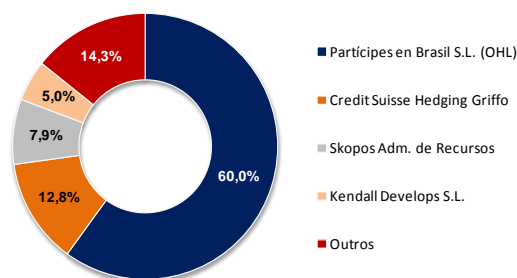
As ações fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado e SMLL – Índice *Small Cap*.



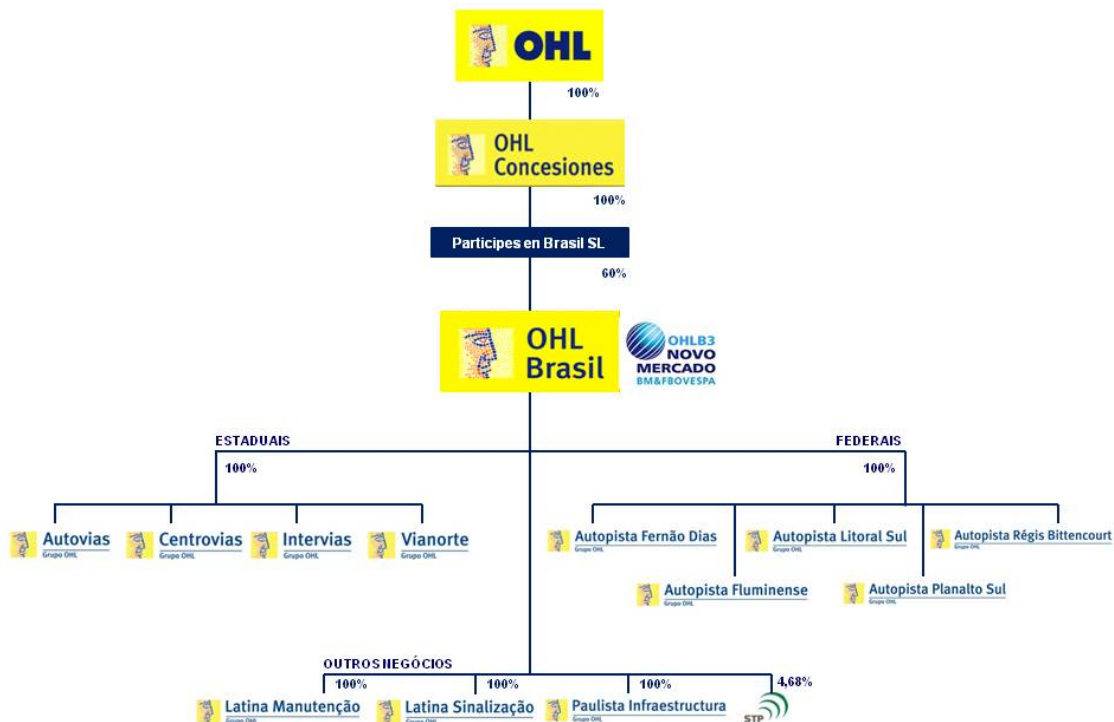
Média Diária	1T11	4T10	1T10	1T11/4T10	1T11/1T10
Nº de Negócios	241	224	214	7,7%	13,0%
Nº de Ações Negociadas	105.290	100.813	154.802	4,4%	-32,0%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	6,08	5,86	5,76	3,8%	5,5%

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 592,1 milhões em 31 de março de 2011, representado por uma única classe de 68.888.888 ações ordinárias.



ESTRUTURA SOCIETÁRIA



CARTEIRA DE ATIVOS DE CONCESSÃO

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	ago-18	ago-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	jun-18	jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	fev-20	jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	mar-18	mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	382,3	5	n.a.	fev-33	IPCA
Fluminense	412,7	5	n.a.	fev-33	IPCA
Fernão Dias	320,1	8	n.a.	fev-33	IPCA
Régis Bittencourt	562,1	6	n.a.	fev-33	IPCA
Litoral Sul	401,6	5	n.a.	fev-33	IPCA

n.a. - não aplicável

QUEM SOMOS

A OHL Brasil S.A. é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve desde novembro de 2000 atividades na área de promoção de infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias), incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, Peru, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral da OHL S.A. empresa espanhola do setor de construção e concessão e uma das líderes desses setores. Fundada há 98 anos e estabelecida atualmente em 21 países, a OHL S.A está listada na Bolsa de Madri desde 1991.

Para maiores informações acesse:

www.ohlbrasil.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da OHL Brasil. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da OHL Brasil em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
	31/03/11	31/12/10	31/03/10
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.237.183	1.168.288	461.597
Contas a receber	77.228	84.428	60.612
Contas a receber - partes relacionadas	91	89	87
Estoques	2.765	2.819	2.684
Despesas antecipadas	9.253	5.702	10.979
Impostos a recuperar	28.639	24.680	14.256
Adiantamentos para novos projetos	-	-	311
Aplicações financeiras vinculadas	51.730	96.875	-
Outros créditos	3.309	4.797	4.386
Total do ativo circulante	1.410.198	1.387.678	554.912
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	12.201	301	5.456
Cauções contratuais	97	97	97
Impostos a recuperar	-	-	1.653
Despesas antecipadas	1	162	481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	91.598	88.151	59.996
Depósitos judiciais	14.815	14.290	10.767
Outras contas a receber	48	51	60
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	50.153	48.114	32.202
Intangível	3.370.676	3.281.580	2.909.345
Total do ativo não circulante	3.540.642	3.433.799	3.021.110
TOTAL DO ATIVO	4.950.840	4.821.477	3.576.022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	574.564	938.278	1.784.227
Debêntures	298.276	296.085	-
Fornecedores	60.433	71.124	60.065
Obrigações sociais	39.056	40.810	39.066
Obrigações fiscais	46.306	50.444	44.203
Contas a pagar - partes relacionadas	822	816	826
Cauções contratuais	26.488	24.397	20.080
Dividendos propostos	68.650	68.650	41.866
Credores pela concessão	60.743	59.639	55.594
Provisão para manutenção em rodovias	44.910	38.990	61.462
Provisão para investimentos em rodovias	22.778	9.474	6.337
Adiantamento seguros	104.558	24.650	-
Outras contas a pagar	15.225	13.941	12.485
Total do circulante	1.362.809	1.637.298	2.126.211
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	445.367	42.758	37.286
Debêntures	1.436.268	1.511.421	-
Credores pela concessão	312.980	316.066	320.230
Receita diferida	126	501	113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.570	28.402	18.858
Provisão para manutenção em rodovias	143.761	124.331	89.693
Provisão para investimentos em rodovias	42.136	54.840	59.637
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	8.488	10.218	7.760
Outras contas a pagar	8.769	8.861	2.244
Total do exigível a longo prazo	2.430.465	2.097.398	535.821
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	549.083	549.083	549.083
Reserva legal	41.093	41.093	26.640
Reserva de lucros	589.661	518.876	360.538
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.157.566	1.086.781	913.990
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.950.840	4.821.477	3.576.022

ANEXO 2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T11	4T10	1T10	Var% 1T11/4T10	Var% 1T11/1T10
RECETA OPERACIONAL BRUTA	601.596	627.534	504.169	-4,1%	19,3%
Receitas de pedágio	434.400	443.856	366.141	-2,1%	18,6%
Estaduais	237.332	256.730	214.485	-7,6%	10,7%
Autovias	59.337	64.148	53.837	-7,5%	10,2%
Centrovias	59.521	63.775	54.024	-6,7%	10,2%
Intervias	65.239	71.326	59.279	-8,5%	10,1%
Vianorte	53.235	57.481	47.345	-7,4%	12,4%
Federais	197.068	187.126	151.656	5,3%	29,9%
Planalto Sul	21.992	20.393	18.078	7,8%	21,7%
Fluminense	31.509	31.709	26.825	-0,6%	17,5%
Fernão Dias	47.364	42.904	28.049	10,4%	68,9%
Régis Bittencourt	59.213	54.761	48.037	8,1%	23,3%
Litoral Sul	36.990	37.359	30.667	-1,0%	20,6%
Outras receitas	24.163	25.093	16.701	-3,7%	44,7%
Receitas de obras	143.033	158.585	121.327	-9,8%	17,9%
DEDUÇÕES DA RECETA	(42.258)	(42.985)	(34.626)	-1,7%	22,0%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	559.338	584.549	469.543	-4,3%	19,1%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(359.152)	(385.582)	(290.501)	-6,9%	23,6%
LUCRO BRUTO	200.186	198.967	179.042	0,6%	11,8%
DESPESAS (RECETAS) OPERACIONAIS	(35.735)	(38.949)	(35.314)	-8,3%	1,2%
Gerais e administrativas	(34.946)	(36.786)	(30.898)	-5,0%	13,1%
Remuneração da administração	(3.168)	(3.738)	(2.878)	-15,2%	10,1%
Despesas tributárias	(291)	(289)	(1.025)	0,7%	-71,6%
Amortização do ágio em investimentos	-	-	(2.034)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	2.670	1.865	1.521	43,2%	75,5%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(60.665)	(61.087)	(48.930)	-0,7%	24,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	103.786	98.932	94.798	4,9%	9,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(33.001)	(20.888)	(31.517)	58,0%	4,7%
Corrente	(32.280)	(39.656)	(28.890)	-18,6%	11,7%
Diferido	(721)	18.768	(2.627)	-103,8%	-72,6%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	70.785	78.044	63.281	-9,3%	11,9%

ANEXO 3
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	31/03/11	31/03/10
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	70.785	63.281
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	48.385	37.813
Amortização de ágio em investimentos	-	2.034
Baixas de ativos imobilizados	9.587	254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	721	2.627
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	12.298	13.649
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(2.688)	-
Juros e variações monetárias de empréstimos	17.594	45.321
Juros e variações monetárias de debêntures	59.970	-
Despesas financeira AVP	2.657	1.739
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e	(1.446)	392
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	(859)	8.778
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	7.200	3.529
Contas a receber - partes relacionadas	(2)	-
Estoques	54	(405)
Despesas antecipadas	(3.390)	(4.188)
Impostos a recuperar	(3.352)	(660)
Outros créditos	1.488	(1.409)
Cauções contratuais	-	1
Depósitos judiciais	(525)	(107)
Outras contas a receber	3	12
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	16.381	(13.120)
Fornecedores - partes relacionadas	6	-
Cauções contratuais	1.156	(331)
Obrigações sociais	(1.737)	5.708
Obrigações fiscais	25.962	23.581
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.943)	(28.630)
Receita diferida	(375)	(339)
Outras contas a pagar	81.100	1.530
Credores pela concessão	(118)	-
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(276)	-
Pagamento de juros	(18.411)	(16.823)
Outros passivos	26	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	292.251	144.237
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(4.156)	(7.171)
Adições ao intangível	(143.959)	(106.174)
Adiantamento para novos projetos	-	(55)
Aplicações financeiras vinculadas	(84.596)	(158)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	119.922	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(112.789)	(113.558)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos		
Captações	43.342	70.082
Pagamento de juros e principal	(6.814)	(67.761)
Debêntures		
Emissão de Debêntures	-	-
Pagamento de juros e principal	(132.932)	-
Pagamento de credores pela concessão	(14.163)	(13.595)
Pagamento de dividendos	-	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(110.567)	(11.274)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	68.895	19.405
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1.168.288	442.192
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.237.183	461.597

GLOSSÁRIO

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A OHL Brasil administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A OHL Brasil administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no pára-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos às concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Diferido: No consolidado, corresponde aos gastos pré-operacionais incorridos pelas controladas que administram as concessões de rodovias federais até 31 de dezembro de 2008 ou data de início de suas operações, se esta for anterior. As despesas pré-operacionais serão amortizadas em dez anos a partir do início das operações das controladas. A partir de 2009, o registro das despesas pré-operacionais será feito diretamente ao resultado, nas despesas operacionais, em virtude do determinado pela Medida Provisória nº 449/08.

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como “Direito de Concessão” e “Obrigações com o Poder Concedente”, ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o “Direito de Concessão” e “Obrigações com o Poder Concedente” pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas “Direito de Concessão” e “Obrigações com o Poder Concedente” foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.